



**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ENSINO**

**EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DE 1ª A 4ª SÉRIES DO EN-  
SINO FUNDAMENTAL PARA ADOLESCENTES, JOVENS E  
ADULTOS — PROJETO AJA**

**1999**

# IDENTIFICAÇÃO

**Nome:**

*PROPOSTA PEDAGÓGICA DE 1ª A 4ª SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS – PROJETO AJA*

**Órgão Responsável:**

*Secretaria Municipal de Educação*

**Setor Responsável:**

*Departamento de Ensino*

**Assunto:**

*Prorrogação de autorização de desenvolvimento*

## I – INTRODUÇÃO

Em função de normas adotadas pelos Conselhos Estaduais de Educação, as formas alternativas de propostas de atendimento devem ter seu desenvolvimento por eles autorizados, bem como sua prorrogação.

A Experiência Pedagógica de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries do Ensino Fundamental para Adolescentes, Jovens e Adultos – Projeto AJA, representa uma dessas formas adotada pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. Iniciado em agosto de 1993, prorrogado em 1996 até dezembro de 1997, deve buscar nova regularização para assegurar sua continuidade.

Dentre as mudanças desencadeadas pela Lei nº 9394/96, há o fortalecimento dos sistemas municipais através da criação de seus próprios Conselhos de Educação, como é o caso de Goiânia. Em consequência, o referido Projeto AJA, por se desenvolver no âmbito do ensino público municipal, deverá buscar a sua prorrogação junto ao seu próprio Conselho de Educação.

Em razão da transposição de um Colegiado para outro, a Secretaria se viu diante de um impasse – apresentação do Relatório, conforme exigência a cumprir, ou a reapresentação do referido Projeto, a fim de que o Conselho Municipal de Educação possa fazer a sua própria apreciação.

Por uma questão de respeito ao Colegiado e coerência ao projeto – que mantém sua proposta na íntegra – optou-se pela reapresentação do projeto acompanhado de sua forma original. Tendo em vista que já foi objeto de dois relatórios consubstanciados, abrangendo todos os aspectos de seu desenvolvimento, bem como seus resultados, o envio de novo relatório (conforme estabelece a Res. CEE nº 087/96), significaria repetir informações já prestadas. Todavia, entendeu-se como necessário encaminhar os quadros representativos dos resultados obtidos nos anos de 1996 a 1998, anexando os relatórios anteriores, por neles constar a avaliação da experiência.

A título de complementação inclui-se além de um breve relato al-

gumas avaliações feitas fora do âmbito da Secretaria, que podem concorrer para sua análise.

A proposta surge como uma necessidade de repensar a educação que é oferecida a jovens e adultos, tendo em vista que a escola pública, tal como está estruturada, não atende aos seus anseios e faz com que dela sejam excluídos ou mesmo não cheguem a ela. Uma escola que exige que o aluno permaneça em sala 4 horas diárias, após uma jornada de 8 horas de trabalho; que tem período específico para matrícula; que tem a frequência como requisito de aprovação; que tem conteúdos dissociados da realidade, não oferece as condições necessárias para o seu acesso e permanência e nem lhe garante espaço para se formar como cidadão.

Partindo dessa análise, buscou-se ir na contramão da história e desenvolver uma proposta com estrutura funcional e curricular que levasse em conta as condições e necessidades dessa clientela, oportunizando-lhes flexibilidade no acesso, no avanço e nas unidades temáticas, sem minimizar a qualidade e os objetivos do ensino fundamental.

Um primeiro estudo feito em 1992, com os jovens que recorriam ao período noturno apontava para o alto índice de evasão. Urgia desenvolver uma proposta que modificasse essa realidade e que ampliasse as oportunidades àqueles que, pelos inúmeros insucessos e exclusões, não se atreviam a buscá-los.

Um Projeto de Intenção de Estudo – Alfabetização e Cidadania, desenvolvido pela Faculdade de Educação – UFG, em 1992, da qual a Secretaria participava com a cedência de professores, foi a célula mater. Em 1993, seus princípios pedagógicos deram origem a Proposta de Experiência Pedagógica de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental para Adolescentes, Jovens e Adultos – Projeto AJA. Este ganha, então, estrutura e organização. Deixa de ser uma Intenção de Estudo para se transformar numa Experiência Pedagógica, institucionalizada e formalmente reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás, por um período de 2 anos (Res. CEE nº 627/93).

Em 1994, face às suas características pedagógicas e ao baixo índice de evasão, fatos que repercutiram positivamente na rede municipal de ensino, o

Projeto AJA expandiu-se de 26 para 61 turmas. No entanto, no final daquele ano, essa expansão teve que ser repensada devido ao entendimento equivocado dos envolvidos na Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos de que todo o ensino noturno passaria a ser atendido pelo Projeto, deixando assim de existir a modalidade de ensino regular seriado, de 1ª a 4ª séries.

Diante desse impasse, foram convocados todos os coordenadores, diretores e professores do noturno para, em um seminário, discutir e refletir qual a melhor proposta para garantir a qualidade desse ensino e a demanda manifestada. No final do referido seminário, ficou deliberado que a Secretaria permaneceria com as duas modalidades de ensino – suplência e regular – porém reduzindo o número de turmas do projeto, já que se tratava de uma experiência.

Outro motivo que contribuiu para redução de turmas atendidas, foi o fato de que a Secretaria não fizera as necessárias adequações administrativas para a real incorporação dos alunos do projeto, ficando sua coordenação sobrecarregada, pois cabia-lhes, além dos aspectos pedagógicos, todo registro e escrituração. Neste sentido, MACHADO (1997, p. 35) aponta:

*“O enfrentamento do Projeto AJA com os limites da instituição pública, nos aproxima de uma reflexão muito presente nos setores governamentais que atuam em EJA nos últimos anos. Porém, ao contrário do que afirma muitas destas análises com relação à retirada do Estado deste processo, como possibilidade de favorecimento a estas práticas educativas, o projeto vem desencadeando um movimento que não se revela enquanto negação do sistema e sim uma reação dentro dele. A postura frente às ‘autoridades’ educacionais nos enfrentamentos e as alternativas de sobrevivência nas adversidades presentes numa gestão com três secretários revelam um potencial e reelaboração das concepções até então presentes nas políticas educacionais encaminhadas por esta secretaria.”*

Nos anos de 1995 a 1997, o AJA passa a atender uma média de 30 turmas chegando ao final deste último com 38 turmas. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, o Projeto continuou, sem que a coordenação e os professores perdessem de vista os princípios, os fundamentos teóricos e metodológicas que o norteiam.

Em sua trajetória, o Projeto AJA ganha cada vez mais reconhecimento não só no âmbito da rede municipal de ensino, mas também em outros setores ligados à educação e à sociedade civil, pela sua atuação junto aos adolescentes, jovens e adultos. Assim é que vários escritos a respeito do mesmo têm sido produzidos, como: monografias, dissertação de mestrado, artigos em revistas e jornais e reportagens na imprensa televisiva. Exemplo disto:

*“A forma como os agentes do Projeto AJA vêem o projeto e se sentem como participantes e sujeitos ativos nele, revela uma possibilidade de alteração nas relações até então presentes no interior da S.M.E. num Estado tradicionalmente conservador em suas relações sociais, onde os papéis de mandante e mandado estão muito bem definidos, estes professores, coordenadores e até alunos, fogem a esta lógica e retomam uma concepção de relação social, onde não impera apenas a lei do consenso, mas onde se passa a assumir os conflitos e enfrentá-los. Foram diferentes formas de perceber a instituição pública, diferentes expectativas em relação a um projeto de educação que se chocaram, gestando uma consciência coletiva, que não apenas os mantiveram dentro da secretaria, enquanto alternativa à EJA, mas os fizeram enfrentar um modelo arcaico de administração pública. Se com este enfrentamento não se pode afirmar a construção de outro modelo, completamente novo, percebe-se uma resistência ao que antes era imposto e tido como única possibilidade”. (MACHADO, 1997, p. 135).*

E mais:

*“Além do aspecto de confronto com as relações institucionalizadas na S.M.E. e na escola, o Projeto AJA, na sua concepção e no seu fazer cotidiano vem confirmando que a produção do saber se dá essencialmente pela experimentação, pela inovação, pelo ensaio de novos modos de trabalho pedagógico, o que implica numa reflexão crítica da realidade de alunos e professores que se constituem enquanto sujeitos deste processo. Isto não apenas retoma os princípios da educação libertadora, para reutilizar um termo freireano, mas aponta para esta forma de ver e fazer educação no interior da escola. Portanto, não se reduz ao âmbito dos movimentos populares a concepção de uma educação que possibilita a transformação social, toda educação por si já deve Ter isto como princípio”. (MACHADO, 1997, p. 151).*

Outro reconhecimento, este a nível formal, fica evidenciado no Parecer Nº 220/96 do Conselho Estadual de Educação, que resulta em prorrogação (Res. CEE nº 087/96):

*“A análise dos relatórios contidos no Processo nº 1056633/94 e no de nº 1215597 evidenciam: ‘permanência do aluno, qualidade de ensino e número expressivo de avanços registrados’. Merece registro que ‘a experiência possibilitou uma forma alternativa de atendimento’ [...] Tudo indica que a Secretaria de Educação do Município de Goiânia, através do Projeto AJA, vem atendendo, com sucesso, a população de jovens e adultos com atraso de escolaridade ou ausência total da mesma. Os dados indicam que o Projeto possibilitou a inserção dessa clientela no sistema regular de ensino sem traumas e sem perda (aligeiramento) da qualidade da aprendizagem seja cognitiva, seja afetiva, seja social”.*

As conclusões a que se chegou no decorrer desses seis anos de experiência, cada vez mais levam à certeza de que o trabalho está se estruturando em torno de uma proposta educacional há muito almejada pelos educadores que atuam no ensino de adolescentes, jovens e adultos.

Essa avaliação, conjugada à superação dos entraves administrativos no próprio sistema; ao tratamento dado pela Lei nº 9394/96 à Educação de Jovens e Adultos; às recomendações do atual Governo Federal, tornaram possível a expansão do atendimento. Em 1998, o projeto abrangeu 111 turmas, em 1999, está com 168.

De fato, a nova LDB não só torna obrigatório o Ensino Fundamental como estende esse direito “àqueles que não tiveram acesso na idade própria”. Para tanto estabelece “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência” (art. 4º, incisos I e VII).

O Projeto AJA atende não só a esses requisitos da Lei como ao que estabelece o seu Art. 5º, por se constituir em forma alternativa de acesso, independente da escolarização anterior. O acesso não só lhes é garantido pela oferta do atendimento, como ainda pela flexibilidade na matrícula (a qualquer época do ano) sem a rigidez de percentual de frequência obrigatória. Tem características adequadas às suas condições e disponibilidades, como: a duração do tempo de aula; a possibilidade de avanços independentes dos dias letivos, com registro formal da escolarização atingida, o que rompe com o estigma da repetência que acompanha o educando do ensino regular, forçado a interrompê-lo pelas questões de trabalho.

Outra característica é a aceleração de estudos prevista na Lei (Art. 24, Inciso V, alínea b). Em função da experiência do educando, dos conhecimentos que traz e da proposta do projeto, esta ocorre de forma natural e, pela sua regulamentação formal, torna-se real.

A proposta do Projeto AJA, ao longo de todos esses anos não perdeu um de seus princípios básicos – o de que o conhecimento é concebido como uma construção conjunta dos educadores e educandos partindo-se do que eles sa-



bem e com a mediação do educador “possibilitando-lhe a ampliação do conhecimento crítico da realidade garantindo acesso ao conhecimento mais elaborado” (Paulo Freire).

Um outro alicerce, que merece ser apontado, é a construção conjunta da competência profissional em educação para jovens e adultos que se dá através das reuniões semanais, fortalecendo o grupo de educadores pela reflexão-ação-reflexão da prática comum a todos. Reuniões trimestrais são feitas para avaliação geral do desenvolvimento do projeto.

Uma única alteração com relação à proposta original do projeto, embora não substancial, deve ser apontada. Refere-se à organização que de início previa turmas específicas para adolescentes (Programa A) e turmas específicas para jovens e adultos (Programa B). Esta divisão deixou de existir por duas razões: a primeira por contrariar um dos princípios do projeto – o de livre acesso aos educandos; turmas específicas para um ou outro grupo, determinariam a exclusão de um deles, inviabilizando o acesso do outro grupo naquela escola. A segunda razão – de natureza conceitual – se fundamenta na visão de que a convivência de adolescentes e jovens junto a adultos, embora possa trazer conflitos, é em essência um momento dinâmico de interação e enriquecimento do grupo. Da mesma forma, como na visão de Wigotsky, há um interagir entre o educador e o educando, este ocorre entre o adolescente, o jovem e o adulto.

Acredita-se que este Projeto, autorizado e reconhecido na vigência da Lei nº 5692/7 com uma estrutura muito mais fechada a mudanças e propostas, terá sob o enfoque da nova Lei de Diretrizes e Bases, uma apreciação favorável à sua continuidade.